

Organizações pedem alteração à Lei do Tabaco

"A Lei do Tabaco" falha na proteção da exposição ao fumo de tabaco e na prevenção do tabagismo dos jovens, mas ajuda a manter os "comércio do tabaco"

Organizações Não-Governamentais representativas da sociedade civil na Luta contra o Tabagismo, apelam ao Parlamento para que melhore a proposta de alterações a lei de proteção ao fumo do tabaco apresentada pelo Governo.

Precisamos de uma legislação baseada na evidência de saúde pública e no bem-estar e saúde dos cidadãos e não na salvaguarda dos interesses comerciais a fim de travar o tabagismo e proteger a saúde da população portuguesa.

O Movimento que reúne dezenas de organizações tem feito chegar desde ontem a todos partidos e deputados da Assembleia da República (AR) um apelo para a criação de espaços 100% livres de tabaco, sem exceções e de imediato, assim como a introdução das imagens nos maços de tabaco no mais curto espaço de tempo possível, no âmbito da discussão sobre as alterações à "Lei do tabaco" que está agendada para amanhã, dia 15 de Maio.

A Confederação Portuguesa de Prevenção do Tabagismo (COPPT), o Movimento das ONGs Portuguesas pelo Controlo do Tabagismo (Mov.T), o Centro de Apoio, Tratamento e Recuperação (CATR) e a Comissão de Tabagismo da Sociedade Portuguesa de Pneumologia, unidas a frente deste movimento que tem o apoio de muitas outras ONGs, apelam à alteração do texto da proposta de lei como última opção e oportunidade de salvaguardar os princípios da lei que pretende proteger efetivamente a saúde dos cidadãos do fumo do tabaco, destacando que nenhuma das ONGs que defendem o bem-público e os interesses dos cidadãos foi ouvida durante o processo que o governo empreendeu para elaborar essa proposta, mas que nos últimos meses, o governo consultou outras entidades do setor comercial e serviços, com interesses particulares, para formular a proposta.

Segundo Sofia Ravara, uma das coordenadoras do Movimento *"A lei como está prejudica a saúde pública e reforça as desigualdades em saúde, é uma lei fraca, permissiva e desadequada"*.

As propostas concretas das ONGs de alterações a "Lei do tabaco":

Assim, pode-se ler na carta enviada ao parlamento que é necessário rever pelo menos 4 assuntos que não estão adequados a realidade e às evidências científicas e boas práticas nesta área.

A) Em relação a revisão da lei 37/2007 no que respeita a proibição de fumar em recintos fechados:

1º- Maior abrangência na definição dos locais onde é proibido fumar que não permita dúvidas ou falhas na aplicação, fortalecendo o conceito de espaços 100% livres de tabaco.

2º- Eliminação das inúmeras exceções a proibição que permitem a criação de recintos fechados onde é permitido fumar em diversos contextos e locais.

3º- Eliminação de qualquer espécie de "moratória" no que respeita a implementação da proibição de fumar e criação de espaços 100% livres de tabaco.

B) Em relação a transposição da mais recente Diretiva Europeia para a lei portuguesa

4ª: Reduzir para um ano o prazo destinado à implementação das novas normas de rotulagem com a introdução dos maços de tabaco com imagens no comércio.

Hilson Cunha Filho, membro da Direção da COPPT, relembra que *"essas boas práticas que defendemos, introduzidas na nossa legislação, permitirão atingir uma maior efetividade da lei e menores custos e meios complexos de implementação e fiscalização; duas questões que são constantemente referidas como fraquezas ou problemas da lei quando se aborda o assunto"*.

"Lei do tabaco": Uma luta travada desde 2008:

Desde 2008 que especialistas portugueses de controlo do tabaco têm rogado aos sucessivos governos para implementar políticas de saúde abrangentes e eficazes, incluindo a proibição total de fumar nos locais públicos. As nossas recomendações e propostas são baseadas em diretrizes internacionais e em estudos científicos realizados em Portugal que demonstram o impacto negativo do consumo de tabaco e da exposição ao fumo de tabaco na população e a ineficácia da legislação em promover espaços 100% livres de tabaco. Alguns estudos comprovaram que os espaços de não-fumadores permanecem contaminados com partículas do fumo de tabaco que invadem estes ambientes vindos dos espaços adjacentes onde se fuma.

Nos últimos quatro anos, o Ministério da Saúde anunciou repetidamente que estava a preparar uma nova lei, mas não realizou qualquer consulta formal com a comunidade de saúde pública.

Entretanto, as ONGs, no 2º semestre de 2014 e recentemente em 2015, voltaram a intervir junto do Governo para que fosse redigida uma proposta de lei baseada nas evidências científicas que realmente protegessem os cidadãos do consumo e da exposição ao fumo do tabaco, mas sem resposta.

Agora apelam aos deputados da AR que façam o mesmo, como último recurso antes da sua aprovação.

O grupo de organizações, que se tem debatido pela Luta Contra o Tabagismo em Portugal, conta com o apoio internacional das ONG/Sociedades Científicas e da comunidade internacional de saúde pública, da Comissão Europeia e da Organização Mundial da Saúde.